

21 Q636744 **Direito Constitucional ► Previdência Social**

Ano: 2015 Banca: CONSULPLAN ^{BETA} Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros

Quanto às normas constitucionais que regem a ordem social, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.
- b) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
- c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- d) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

22 Q512231 **Direito Constitucional ► Previdência Social**

Ano: 2015 Banca: FUNIVERSA Órgão: PC-DF Prova: Delegado de Polícia

No que diz respeito à ordem social, é correto afirmar que

- a) a CF assegura expressamente às crianças, aos adolescentes e aos jovens a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, a igualdade na relação processual e a defesa técnica por profissional habilitado, segundo lei específica.
- b) os índios merecem toda a proteção do Estado e da sociedade, devendo ser representados, na defesa dos seus direitos e em juízo, não por suas próprias comunidades, mas sim por meio de fundação especialmente criada para cuidar dos seus interesses.
- c) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como por meio de contribuições das empresas e dos trabalhadores, incluindo-se os aposentados pelo regime geral de previdência.
- d) o ensino religioso é disciplina obrigatória no ensino fundamental, não podendo o Estado impor uma religião específica diante dos princípios da liberdade de consciência e de crença.
- e) as pessoas jurídicas não estão sujeitas a sanções penais, mas sim seus dirigentes, quando praticarem condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sem prejuízo do dever de reparar o dano.

23 Q492628 **Direito Constitucional ► Meio Ambiente**

Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Técnico Previdenciário - Administrativa

Segundo as normas sobre meio ambiente constantes da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) O meio ambiente é bem de uso especial, sob domínio do Estado, sendo que sua utilização se dará no limite de interesse dos poderes públicos federal, estadual e municipal.
- b) A partir da promulgação da Constituição Federal, passou a ser vedada a instalação e operação de usinas que operem com reator nuclear, no Brasil, cabendo aos Municípios, onde haja usina já instalada, a regulamentação e o controle das atividades de encerramento de suas atividades.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Aos municípios cabe suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- d) A floresta amazônica brasileira, a mata atlântica e o pantanal mato-grossense são considerados patrimônio nacional, assim como também o são a serra do mar, a zona costeira, o cerrado, a caatinga e as dunas maranhenses, devendo a utilização dessas áreas se dar na forma da lei.
- e) Em face do princípio constitucional da livre iniciativa, os recursos minerais podem ser explorados independentemente de autorização ou de concessão do poder público, cabendo ao explorador

promover a recuperação do meio ambiente degradado.

24 Q462215 Direito Constitucional ► Meio Ambiente

Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: PGM - Niterói Prova: Procurador Municipal

Determinada Constituição Estadual, com o objetivo de conferir maior densidade ao direito fundamental ao meio ambiente, dispôs que os estudos de impacto ambiental de empreendimentos que, de modo direto ou indireto, afetem os cursos d'água e as florestas cuja proteção incumbe ao respectivo Estado devem ser examinados e eventualmente aprovados por comissão permanente instituída no âmbito da Assembleia Legislativa, de composição paritária, sendo formada por membros do poder público e da sociedade civil.

É correto afirmar que esse comando normativo é

- a) inconstitucional, por violar o princípio da separação dos Poderes, já que atribui ao Poder Legislativo parcela própria do poder de polícia, afeto ao Poder Executivo.
- b) constitucional, já que todas as estruturas estatais de poder têm o dever jurídico de colaborar para a defesa do meio ambiente.
- c) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre meio ambiente e sobre a responsabilidade pelos danos que lhe sejam causados.
- d) constitucional, já que a Constituição Estadual ocupa o ápice da pirâmide normativa no âmbito do Estado, podendo dispor livremente sobre todas as matérias que lhe digam respeito.
- e) inconstitucional, pois a disciplina do estudo de impacto ambiental já foi exaustivamente prevista na Constituição da República.

25 Q365851 Direito Constitucional ► Meio Ambiente

Ano: 2014 Banca: VUNESP Órgão: PC-SP Prova: Oficial Administrativo

Segundo a Constituição Federal, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o poder público pode, na forma da lei, exigir

- a) estudo prévio de impacto ambiental.
- b) o pagamento de taxas e impostos para liberação da obra.
- c) imposto sobre serviços.
- d) recolhimento de valores ao Fundo de Proteção do Meio Ambiente.
- e) prévia autorização do Ministério Público ambiental.

Respostas 21: **b** 22: **a** 23: **c** 24: **a** 25: **a**

Qconcursos.com

www.qconcursos.com